

A EXPANSÃO DA INTERNET NO BRASIL: DIGITALIZAÇÃO, MERCADO E DESIGUALDADES SOCIODIGITAIS

THE EXPANSION OF THE INTERNET IN BRAZIL: DIGITALIZATION, THE MARKET AND SOCIO-DIGITAL INEQUALITIES

Elder P. Maia Alves*

Introdução: O processo de digitalização da vida no Brasil

No decurso dos últimos dez anos, o processo de *digitalização da vida* alcançou e penetrou todos os domínios da existência social, remodelando significativamente as relações econômicas, afetivas, políticas, artísticas, empresariais, jurídicas, intelectuais e educacionais (LUPTON, 2015). Não se trata de um processo unilateral, dotado de uma consciência ou uma intencionalidade unidimensional e teleológica, que a tudo conspurca, perverte e solapa (MARCUSE, 1969). Trata-se de uma constelação de múltiplas

dimensões relacionais, na qual a face comercial da internet, a *web*, desempenha um papel decisivo na coordenação, integração e estruturação das ações e práticas sociais cotidianas nas sociedades contemporâneas em rede (CASTELLS, 1999).

O processo de *digitalização da vida* corresponde ao fato de que, cada vez mais, na vida cotidiana, as relações sociais são mediadas por dispositivos tecnológicos digitais (LUPTON, 2015; JENKINS, 2014). Essas mediações são realizadas através dos dispositivos digitais, móveis e fixos, tais como computadores, notebooks, tablets e smartphones, conectados à internet, desvelando a

* Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Maceió, AL, Brasil. E-mail: epmaia@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4896-1962>.

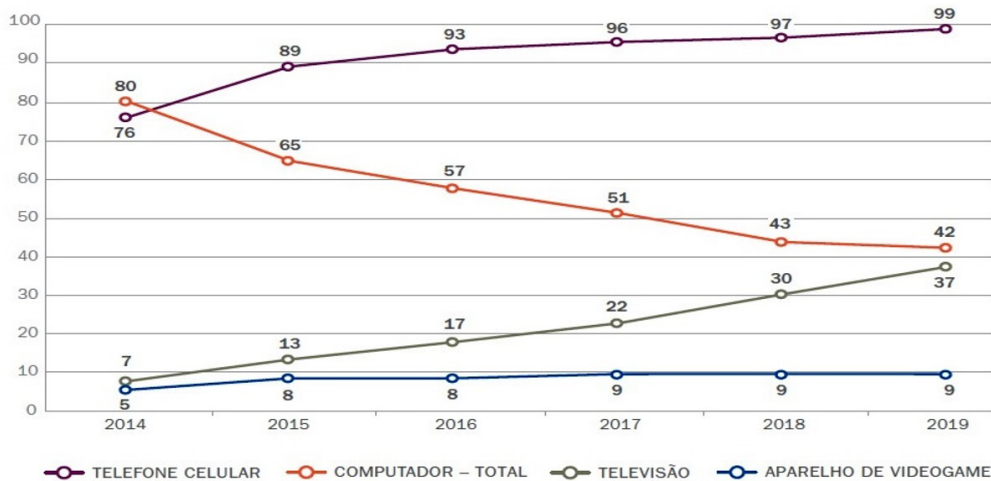


profusão do uso, em grande escala, dos dispositivos de telas, conferindo forma à *cultura das telas* (LIPOVETSKY; SERROY, 2015). A *digitalização da vida* corresponde a um novo impulso no processo de longa duração de *individualização das sociedades estado-nacionais*, especialmente as sociedades ocidentais em rede e, como corolário, concerne à construção de uma *figuração* (ELIAS, 1993). Esta traz consigo novos conteúdos emocionais, psíquicos e afetivos no interior das *estruturas sociais de personalidades dos indivíduos* (ELIAS, 1993), produzindo, recorrentemente, sensações como

ansiedade, incerteza e medo. Como assinalou Lupton (2015, p. 9), “não somos apenas usuários incorporados a computadores, somos seres humanos digitalizados”.

No intervalo entre 2014 e 2019, registrou-se uma mudança substancial no acesso e no uso da internet no Brasil: a alteração de suporte tecnológico para acessar e utilizar a internet. Ocorreu uma redução acentuada, de quase 50%, em apenas seis anos, do uso do computador para acessar a internet, ao passo que se verificou um crescimento bastante significativo do uso do telefone celular (smartphone) para acessar a internet.

Gráfico 1 - Usuários de internet, por dispositivo utilizado para o acesso individual: 2014-2019



Fonte: CGI-BR, 2020

A expansão e a universalização do uso do smartphone no Brasil, nos últimos cinco anos, foi decisiva para o processo de *digitalização da vida*. Dois processos foram fundamentais para que ocorresse tal digitalização: 1) a redução do valor dos aparelhos de smartphones; 2) uma maior acessibilidade aos planos de acesso e consumo de dados móveis pós-pagos. Combinado, esses dois aspectos elevaram a capacidade de *conex-*

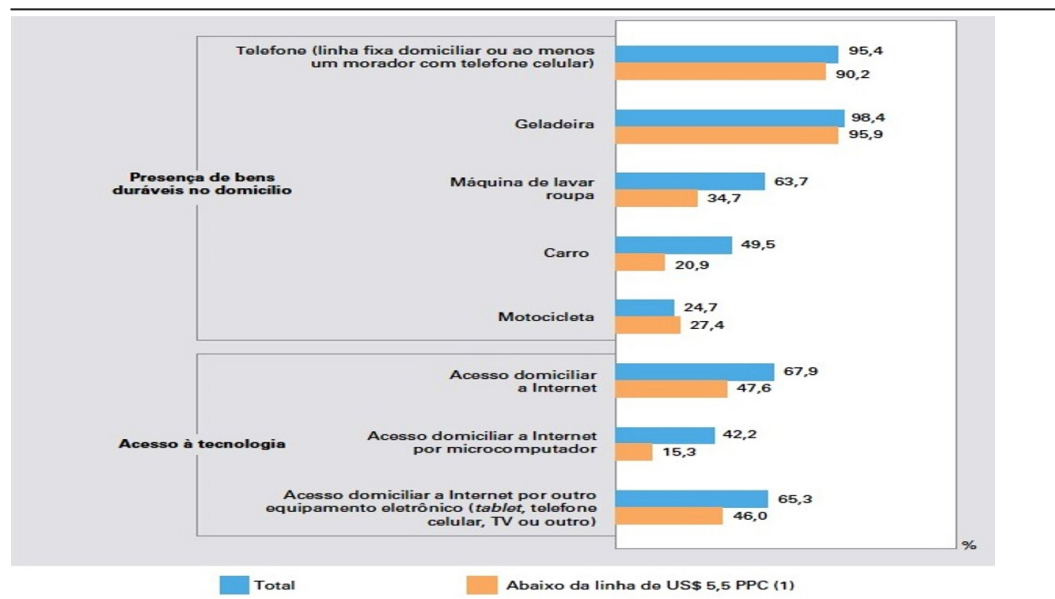
tividade da sociedade brasileira. Significa que, diante da grande profusão do uso digital dos smartphones, multiplicou-se a capacidade cotidiana de se estabelecer conexões tecnológicas, vínculos e relações políticas, econômicas, culturais, educacionais, familiares, afetivas, etc., mais duráveis e menos duráveis, dando contornos definitivos à *cultura da conexão* (JENKINS, 2014). Corroborando tais aspectos, Mury e Ribeiro (2017)

produziram um trabalho etnográfico bastante valioso, que evidencia como a cultura da conexão e a conectividade entre as classes populares engendra um novo seitem de trocas, por meio do uso cotidiano dos dispositivos e artefatos eletrônico-digitais.

De acordo com o IBGE (2017), mesmo os estratos mais pobres da população que, por domicílio, recebe até 5,5 dólares por dia (o que corresponde a apenas R\$ 522,50 por mês), acessou a internet regularmente por meio dos smartphones no ano de 2017. Mesmo entre as famílias localizadas abaixo da linha de pobreza, o acesso domiciliar à internet foi registrado em 47,6% dos

lares brasileiros. O acesso dessas famílias à internet ocorreu, em sua quase totalidade, por meio dos smartphones. Em 2017, de acordo com o IBGE, 54,8 milhões de brasileiros viviam abaixo da linha da pobreza. Significa que, desse total, 25,2 milhões de pessoas tiveram acesso domiciliar à internet por meio de smartphones. De acordo com as métricas da ONU, as famílias abaixo da linha de pobreza são aquelas que têm uma renda familiar diária de US \$ 5,5. De acordo com a taxa de câmbio de julho de 2020, esse valor correspondia a uma renda familiar *per capita* mensal de R\$ 668,00.

Gráfico 2 – Consumo e acesso à tecnologia de famílias abaixo da linha de pobreza



Fonte: IBGE, 2018

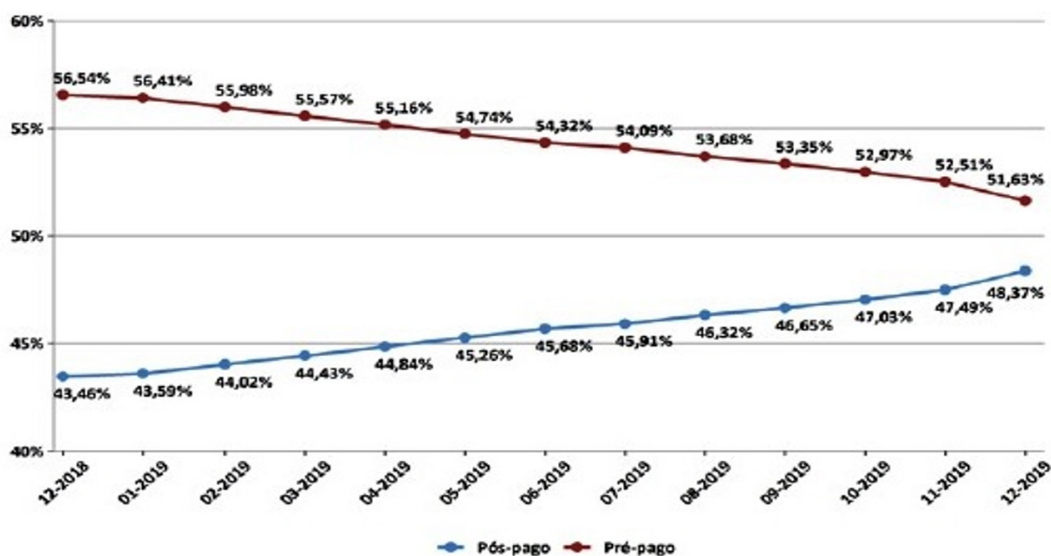
Em outra frente, ocorreu um crescimento significativo do número de pacotes de dados de acesso à internet por meio dos planos pós-pagos, individuais ou familiares. Em 2019, havia no Brasil 226 milhões de celulares em uso. Desse total, 81,5% eram smartphones. Em 2015, do total de smartphones existentes no Brasil, 75% das li-

nhas eram utilizadas em planos pré-pagos de consumo de dados. Quatro anos depois, em 2019, esse percentual recuou para 51,6,3%. Os planos pós-pagos dos smartphones dotados de maiores velocidades e pacotes de dados, muitas vezes ilimitados, permitem o consumo mais regular dos conteúdos digitais, como vídeos, séries, filmes,

curso e programas. Significa que ocorreu um aumento bastante acentuado das linhas dos planos pós-pagos de consumo de dados,

saindo de 25%, em 2015, para 48,3%, em 2019, elevando, assim, o fluxo de conectividade no Brasil.

Gráfico 3 – Expansão dos planos de dados pós-pagos no Brasil



Fonte: Anatel, 2020

Essa expansão do acesso, especialmente por parte dos estratos mais pobres da população, também impactou no uso, revelando, como se verá em seguida, a construção de uma multiplicidade de habilidades e competências, especialmente entre as faixas-etárias mais jovens da sociedade brasileira. No entanto, essa mesma expansão no acesso e nos usos não ocorreu ao largo das desigualdades estruturais off-line. Há, como sustenta Van Dijk, (2017), uma espécie de linha contínua – ou uma rede de relações e posições –, que é estendida ou encolhida, de acordo com o aumento ou a redução da desigualdade digital.

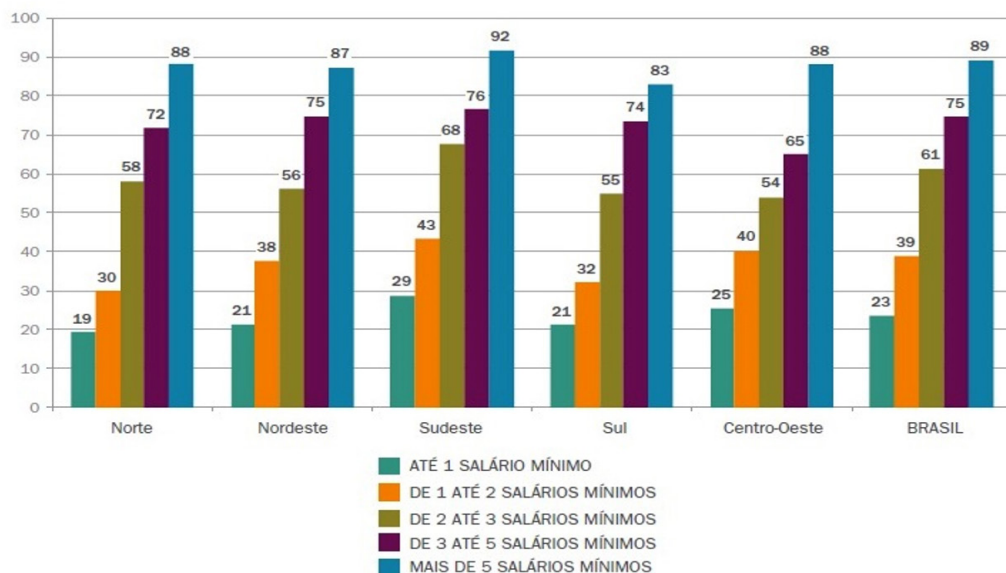
Tanto o acesso, quanto o uso, dependem da renda individual e familiar. Quanto maior a renda, maior a frequência de

conectividade e, por conseguinte, maior o acesso e a multiplicidade e intensidade dos usos. Em todo o país, entre as famílias com renda domiciliar de até um salário mínimo, 77% não têm acesso à internet. Por outro lado, entre os domicílios com renda maior, que obtêm uma renda de 2 a 3 salários mínimos e de 3 a 5 salários mínimos, o acesso cresce substancialmente. Nesse último estrato, 75% têm acesso a internet no Brasil. Essa é uma singularidade central do processo de *digitalização da vida* no Brasil. A severa desigualdade off-line que o país abriga, repercute também na severa desigualdade on-line. Ambas, como os indicadores demonstram, são muito superiores às desigualdades dos países desenvolvidos e também

às desigualdades existentes nos países em desenvolvimento. Esse aspecto, novamente, não significa que o país não tenha se

digitalizado: o fez seguindo as lógicas assimétricas e desiguais, como ocorreu com a industrialização.

Gráfico 4 – Acesso à internet no Brasil por salário mínimo, por Região



Fonte: CGI-BR, 2019

Em 2018, 74,9% dos domicílios brasileiros tiveram acesso regular à internet. As regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste apresentaram um acesso superior à média nacional, com percentuais de 81,8%, 76,7%, 79,6%, respectivamente. Apenas as regiões Norte e Nordeste apresentaram percentuais de acesso domiciliar inferior à média domiciliar

nacional, com 68,4% e 64%. Significa que, nessas regiões, 31,6% e 34% dos domicílios não tiveram acesso à internet. No Nordeste, 20,5 milhões de habitantes com mais de 10 anos de idade não tiveram acesso à internet, o que representou 41,6% da população com mais de 10 anos de idade.

Tabela 1 – Distribuição das pessoas com 10 anos ou mais de idade, por grandes regiões, segundo a situação do domicílio e a utilização da internet: out./dez. 2017

Situação do domicílio e Grandes Regiões	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Valores absolutos (1000 pessoas)			Valores relativos (%)		
	Total	Existência de utilização		Total	Existência de utilização	
		Sim	Não		Sim	Não
Brasil	181 170	126 303	54 767	100,0	69,8	30,2
Norte	14 863	8 926	5 937	100,0	60,1	39,9
Nordeste	49 381	28 842	20 539	100,0	58,4	41,6
Sudeste	76 908	58 848	18 060	100,0	76,5	23,5
Sul	26 182	19 162	7 020	100,0	73,2	26,8
Centro-Oeste	13 737	10 526	3 211	100,0	76,6	23,4
Urbana	155 619	116 384	39 235	100,0	74,8	25,2
Norte	11 530	8 025	3 506	100,0	69,6	30,4
Nordeste	37 091	24 711	12 380	100,0	66,6	33,4
Sudeste	71 939	56 395	15 544	100,0	78,4	21,6
Sul	22 628	17 406	5 222	100,0	76,9	23,1
Centro-Oeste	12 431	9 847	2 584	100,0	79,2	20,8
Rural	25 451	9 919	15 532	100,0	39,0	61,0
Norte	3 333	901	2 432	100,0	27,0	73,0
Nordeste	12 290	4 131	8 159	100,0	33,6	66,4
Sudeste	4 968	2 453	2 515	100,0	49,4	50,6
Sul	3 554	1 755	1 799	100,0	49,4	50,6
Centro-Oeste	1 306	679	627	100,0	52,0	48,0

Fonte: CGI-BR, 2019

O não acesso e o não uso da internet por parte de um grande contingente da população brasileira, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, constitui, à luz da literatura mobilizada, uma grande quantidade de cidadãos e cidadãs não digitalizados, desconectados, excluídos e, portanto, não beneficiários das eventuais vantagens e ganhos estratégicos do acesso e do uso aos recursos digitais (DiMAGGIO, 2012). São, assim, os cidadãos e cidadãs de terceira categoria da sociedade em rede (CASTELLS, 2008). Significa que as privações experimentadas por esse contingente no mundo off-line serão reforçadas e acentuadas, uma vez que o processo de *digitalização da vida* torna imperativo – especialmente após a pandemia da covid-19 –, o acesso e o uso da internet para, por exemplo, receber auxílios econômicos emergenciais, para realizar o cadastro em programas de auxílio e para obter a primeira via de documentos oficiais, como carteira de trabalho e o R.G – Registro Geral. Esses aspectos não autorizam, entretanto, sugerir que o Brasil não se digitalizou. A digitalização, assim com a industrialização, ocorreu de maneira desigual e concentrada, foi institucionalizada e consolidada às expensas de novas desigualdades, privações e o recrudescimento da subordinação de muitos grupos, classes e camadas sociais.

1. A consolidação dos estudos sobre desigualdade digital no mundo

Nas últimas duas décadas, diante do refinamento das pesquisas globais, do desenvolvimento de novas técnicas de investigação e da construção de novos indicadores, os cientistas sociais, especialmente os sociólogos, se debruçaram sobre o fenômeno da expansão global da internet, mais especialmente sobre a estratificação digital e a desigual-

dade de acesso e uso dos conteúdos digitais. Alguns sociólogos cunharam conceitos bastante fecundos, que se tornaram imprescindíveis à compreensão do fenômeno da estratificação digital, em diversas escalas empíricas: global, nacional, regional e local. Nesse movimento, destacam-se os conceitos de *fosso digital* (DiMAGGIO, 2001), *desigualdade sociodigital* (Van DIJK, 2005), *inclusão subordinada* (SMALL; NEWMAN, 2001).

Conforme sugere Hesper (2019), é possível revolver a literatura sobre expansão do acesso à internet e sua correspondente estratificação digital a partir de três gerações de pesquisa que se consolidaram nos últimos vinte anos. A primeira geração tomou corpo logo no início deste século, e tem no sociólogo norte-americano Paul DiMaggio o seu principal expoente. Ancorado em Bell (1973) e Castells (2009), DiMaggio (2012) reconhece que, no início do século XXI, a expansão da internet e das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), especialmente no ambiente corporativo e laboral, havia consolidado a economia do conhecimento e da informação, cujo cerne passou a ser o capital humano e a geração de valor através da pesquisa, do conhecimento, da informação, da inovação, dos direitos autorais e das patentes.

DiMaggio (2012) destacou que, em 1995, apenas 3% dos norte-americanos tinham acesso à internet, o que correspondia a 25 milhões de pessoas. Apenas cinco anos depois, no ano 2000, esse número subiu para 85 milhões: um crescimento de mais de 200% em apenas cinco anos, registrando, ainda, que, em um dia comum, em meados do ano 2001, havia, em média, 55 milhões de norte-americanos on-line. Mesmo diante dessa intensa expansão, o autor traça uma comparação bastante elucidativa. De acordo com DiMaggio, a expansão de outro meio

de comunicação e informação, a televisão foi muito mais rápida e obteve uma universalização bem maior junto aos domicílios norte-americanos.

A televisão passou a ser comercializada e utilizada nos EUA em 1948. Dez anos mais tarde, em 1958, 90% dos domicílios norte-americanos dispunham de um aparelho de televisão. Com a internet não ocorreu o mesmo. Entre 1994 – ano que a internet foi introduzida nos EUA e passou a ser utilizada em escala mais ampliada –, e 2001, a internet havia alcançado 60% dos domicílios norte-americanos. Logo, em um recorte temporal semelhante e ambos em períodos de forte crescimento econômico vivido nos EUA (década de 1950 e 1990), a televisão obteve uma expansão bem maior do que a internet.

DiMaggio (2012) atribui essa diferença a dois fatores. O primeiro é o fato de que, diversamente da televisão e também de outras mídias, como o telefone, por exemplo, a internet exige gastos contínuos, como a compra de novos programas (software) e a atualização de equipamentos de hardware. O segundo fator concerne ao fato de que, diferentemente da televisão, do telefone e também do rádio, a internet exige maiores habilidades e competências para o seu uso cotidiano. Como destacou o autor: “os efeitos da internet na desigualdade dependem da organização social de seu uso”. Ou seja, se a família e os indivíduos que residem no domicílio dispõem de recursos econômicos para acessar, e habilidades educacionais para utilizar, logo o uso da internet será permanente e frequente. O primeiro fator decorre mais da renda familiar e individual para o acesso à internet; já o segundo fator, depende muito mais da escolaridade, dos recursos educacionais e cognitivos para o uso e manuseio das funcionalidades digitais da internet.

Os dois fatores estão diretamente relacionados às variáveis sociológicas estruturais, como classe, raça, etnia, gênero, faixa-etária, escolaridade e território. Indivíduos e famílias com maior renda, de classe média, brancos, com ensino superior, entre 25 e 40 anos, que residem nas áreas mais providas de infraestrutura e tecnologia, acessam mais e dominam mais os usos da internet. Significa que há uma reciprocidade direta entre as desigualdades socioeconômicas clássicas e a desigualdade digital. Diante desses aspectos, DiMaggio (2012) cunhou o conceito de *fosso digital*. O conceito tenciona demonstrar que, mesmo em países considerados desenvolvidos e relativamente ricos, como os EUA, existe um grande *fosso digital* entre famílias, indivíduos, grupos e camadas sociais que dispõem de mais, ou menos renda, e de mais, ou menos escolaridade para acessar e usar a internet. O conceito traduz uma nova desigualdade nas sociedades contemporâneas: a desigualdade de acesso e uso aos recursos digitais. Esses recursos permitem maiores chances de obtenção de trabalho, emprego e renda, de maior participação política e afirmação da cidadania, de utilização de serviços públicos e governamentais, de consecução de atividades financeiras e de compras, de consumo de notícias e informações, da fruição de conteúdos de arte, cultura e entretenimento, e do uso e consumo de conteúdos educacionais.

O conceito de *fosso digital* constitui o principal artefato teórico da primeira geração de pesquisas sobre a expansão da internet e a sua correspondente estratificação digital. Com efeito, na primeira década do século XXI, surgiram pesquisas acerca do *fosso digital* em diversos países do mundo, entre esses Portugal. Desde que foi cunhado e largamente utilizado nas pesquisas empíricas, ao longo da década de 2000, o concei-

to diz menos sobre o acesso e muito mais sobre os usos, enfatizando a relevância do amálgama entre renda e escolaridade.

Essa tendência foi acentuada pelo próprio DiMaggio. Em *The Annual Review of Sociology*, 2012), pouco mais dez anos após cunhar o conceito de *fosso digital*, ao destacar os ganhos profissionais e culturais desiguais dos usos dos recursos digitais. De acordo com DiMaggio, na sociedade em rede, cada vez mais digitalizada e conectada, o acesso e a intensidade dos usos da internet (oportunidades de ganhos econômicos e profissionais, consumo de conteúdos artístico-culturais e realização de cursos escolares e acadêmicos) tornaram-se recursos valiosos. Desse modo, o acesso assimétrico aos recursos tecnológicos e aos diferentes conteúdos digitais oferecidos na internet gera benefícios muito desiguais, e gera, também, vantagens ou desvantagens econômicas, profissionais, culturais e educacionais, recrudescendo as desigualdades de renda, raça, gênero, escolaridade, faixa-etária e moradia.

Como assinalou Helsper (2017), em sociedades altamente digitalizadas, tais como os países desenvolvidos, onde 95% das suas populações têm acesso regular à internet, o uso diferenciado, a natureza e a intensidade do consumo dos conteúdos digitais geram inúmeros benefícios desiguais, engendrando uma elite digital que corresponde a cerca de 15% da população. Esse contingente populacional dispõe dos melhores empregos, das maiores rendas e dos maiores níveis educacionais, mantendo densas e intensas conexões digitais profissionais, culturais e educacionais (HELSPER, 2017). A grande maioria da população desses países, cerca de 60%, dispõe de uma qualidade de infraestrutura de acesso menor à internet, de uma intensidade menor de consumo

dos conteúdos digitais, e ainda dispõem de menores habilidades e competências funcionais para o uso e manuseio da internet. Por fim, a última clivagem, que concerne a aproximadamente a 20% da população, está desconectada e, portanto, excluída e privada dos benefícios e eventuais ganhos. Essa camada da população, no caso da maioria dos países desenvolvidos, é composta pelos idosos, desempregados, imigrantes e etnias minoritárias.

Se o *fosso digital* se refere muito mais à intensidade e natureza dos usos, e às habilidades e competências necessárias para utilizar e consumir regularmente a internet, as apropriações desiguais dos recursos digitais se mantiveram, ou até se acentuaram. De acordo com o governo central dos Estados Unidos (*Exploring the Digital Nation: America's Emerging Online Experience*, 2013), em 2001, apenas 4% das famílias norte-americanas acessaram a internet por meio da banda larga fixa; em 2011 esse percentual atingiu 69%. No entanto, nesse mesmo ano, 74% dos domicílios das famílias brancas acessaram a internet através da banda larga, já entre os domicílios de famílias negras, esse percentual caiu para 57%. Nessas sociedades, com a expansão do acesso nos últimos vinte anos, reduziu-se substancialmente o número de excluídos digitais, mas se alterou pouco a composição do *fosso digital*.

O conceito de *fosso digital* demonstrou que as desigualdades sociais de partida (renda, raça, gênero, escolaridade e região) informam e, em grande medida, determinam as desigualdades digitais. Essas, por sua vez, ao engendrem uma apropriação desigual dos recursos digitais, como o consumo dos conteúdos e as habilidades e competências funcionais para utilizar a internet, promovem benefícios muitos desiguais.

Com efeito, o conceito de *fosso digital* revela uma circularidade na produção e reprodução da desigualdade social e da desigualdade digital.

A circularidade do conceito pode ser aplicada ao Brasil. Como destacado antes, em 2008, 34% da população brasileira dispunha de acesso à internet; em 2019 o percentual alcançou 74%. Mesmo entre os estratos mais pobres e muito pobres da população brasileira, ocorreu uma expansão no acesso à internet. Conforme demonstra o IBGE (2017), em 2013, 23,9% dos estratos domiciliares sem rendimento algum ou com rendimento de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo acessaram a internet; em 2015 esse percentual se elevou para 32,7%. Não há dúvida de que o acesso cresceu, notadamente entre os estratos e camadas mais pobres da população brasileira. No entanto, o acesso é muito desigual por região, grau de escolaridade e classe de renda. Os domicílios que dispõem de maior renda (estratos A e B) acessam à internet, predominantemente por meio de banda larga fixa (87%), ao passo que, entre os estratos de menor renda (D e E), apenas 35% o fazem. Entre os estratos D e E, a conexão móvel através do *modem* ou *chip* 3G ou 4G superou a conexão por meio da banda larga fixa. Significa que, entre os domicílios mais pobres, que dispõem de menor renda, o acesso à internet ocorre de maneira mais instável, com menor qualidade e mais lenta. Por outro lado, entre os domicílios situados na região Sul 69% acessam a internet através da tecnologia da banda larga fixa, ao passo que, entre os domicílios situados na região Norte, esse percentual cai para 46%.

A expansão do acesso e do uso da internet no Brasil evidencia que há, como sugerido por Helsper (2017), para os países desenvolvidos, uma estratificação digital bastante

clara. Esse aspecto fica bastante evidenciado quando se observam os usos da internet. A pesquisa TIC Domicílios estimou que, em 2018, além do acesso, 126,9 milhões de brasileiros utilizaram frequentemente a internet – o que equivalia a 70% dos indivíduos com dez anos ou mais. Esse percentual se aproximou do contingente de usuários dos países desenvolvidos. No entanto, as desigualdades dentro desse contingente de usuários práticos são bastante acentuadas, impulsionadas pelo fator renda e escolaridade. Entre os estratos com maior renda (estratos A e B), o uso da internet praticamente se universalizou, registrando o percentual de 92% e 91%, respectivamente. Por outro lado, entre os estratos D e E, o percentual de usuário cai para 48%. Entre os usuários que dispõem de ensino superior, 95% utilizam a internet, ao passo que, entre os usuários que dispõem apenas do ensino fundamental, o percentual cai para 57%, e entre os usuários analfabetos ou que possuem apenas o ensino fundamental I (do 1º ao 5º ano), completo ou não, o percentual se reduz para 14%.

O conceito de *fosso digital* contribuiu diretamente para desfazer ou matizar a antiga dicotomia entre inclusão e exclusão digital, muito comum nos estudos e abordagens econômicas. O conceito corroborou, sobremaneira, para sofisticar o debate e as pesquisas empíricas, antes concentradas apenas no atributo binário entre ter ou não acesso (SENNE, 2019). Seguindo as pistas de DiMaggio (2012), uma segunda geração de pesquisa ganhou espaço e destaque no decurso da segunda década do século XXI. É possível sustentar que essa segunda geração de pesquisas foi capitaneada pelos trabalhos do sociólogo holandês Jan Van Dijk (2017), cuja principal contribuição teórica foi o conceito de *desigualdade socio-digital*. Nessa segunda geração de pesquisa,

se inscrevem ainda nomes de destaque, como Mossberger (2012), Van Dersen (2016) e Helpsen (2017).

Há uma linha de continuidade direta entre a primeira e a segunda geração de pesquisas sobre a expansão da internet e a sua correspondente estratificação digital. Como sugere Senne (2019), essa segunda geração de pesquisa se concentrou mais sobre o contingente daqueles que superaram a barreira do acesso. As investigações passaram a se concentrar muito mais nas habilidades e competências manejadas para os diferentes usos. Uma vez superada a primeira barreira do acesso, especialmente para grandes contingentes populacionais residentes nos países desenvolvidos, essa segunda geração de pesquisa se concentrou na complexa e altamente diferenciada economia dos usos. Desse modo, consolidou aquilo que passou a ser nomeado de *divisão digital de segundo nível* (Helpsen, 2017). O segundo nível é, pois, o nível dos multifacetados e assimétricos usos. No entanto, mesmo diante da fecundidade do conceito de *fosso digital*, havia ainda, como observou Van Dijk (2005), uma sutil alusão a certo binarismo. Para o autor, a metáfora do *fosso digital* sugeriria uma grande lacuna e uma exclusão, sem considerar as sutilezas e nuances da desigualdade, especialmente no que tange aos usos.

Para evitar tal alusão, o autor propôs uma teoria materialista e relacional dos usos. De acordo com Van Dijk (2017), uma vez superada a barreira inicial do acesso, o que importa mesmo são as consequências desiguais dos usos. A partir de autores como Charles Till, Van Dijk apreende a desigualdade como um apanágio estrutural e durável. Sugere que a imagem comum e simples da sociedade composta por duas camadas, contendo incluídos e excluídos, deve-

ria ser substituída pela imagem de um único contínuo espectro de posições, que é es-ticado quando a desigualdade se acentua ou se reduz quando a desigualdade é diminuída (VAN DIJK, 2009).

Em face dessa construção teórica e das evidências empíricas, o autor cunha as seguintes assertivas: a) as desigualdades estruturais na sociedade produzem uma distribuição desigual de recursos; b) uma distribuição desigual de recursos causa acesso desigual aos recursos digitais; c) o acesso desigual às tecnologias digitais gera uma participação desigual na sociedade; e d) a participação desigual na sociedade reforça as desigualdades estruturais e as distribuições desiguais de recursos.

A terceira geração de pesquisa corroborou para consolidar a premissa de que, nas sociedades em rede, altamente conectadas e digitalizadas, a desigualdade digital tornou-se um componente a mais da desigualdade estrutural geral. Desse modo, o que há é um contínuo entre diversas modalidades de desigualdades e assimetrias entre indivíduos, grupos, famílias, classes e territórios. Há desigualdade – em todos os países, continentes e regiões –, na apropriação dos recursos econômicos, educacionais, culturais, políticos e, agora, digitais. O acesso e os usos dos conteúdos digitais passaram a ser uma nova modalidade de desigualdade das sociedades de rede altamente conectadas, digitalizadas e globalizadas. Significa que há uma distribuição assimétrica dos meios de acesso e, sobretudo, da intensidade e natureza dos usos e consumo dos conteúdos digitais. Como há, de resto, assimetrias na distribuição dos recursos tradicionais. Como corolário, é preferível se falar em *desigualdade sociodigital* (Van DIJK, 2017).

Como, nas sociedades de rede, os conteúdos digitais se tornaram recursos valio-

sos (DiMAGGIO, 2012) para a obtenção de melhores empregos, para a inserção nas redes profissionais, para o engajamento político, para o consumo dos conteúdos de arte, entretenimento e cultura e para a formação educacional, uma posição subalternizada na distribuição dos recursos digitais traduz, quase sempre, uma posição também subalterna na rede de posições e relações sociais mais amplas. Significa que a categoria de *desigualdade sociodigital* confirma a circularidade e a continuidade entre a esfera *off-line* e a *esfera on-line*. Em uma palavra: as desigualdades *off-line* afetam as desigualdades *on-line*, que, por sua vez, repercutem e reforçam as primeiras, pois limitam as oportunidades profissionais, econômicas, educacionais e culturais. Ou, como assinala Mossberger (2012), há uma sobreposição envolvendo a estratificação da esfera *off-line* com a estratificação da esfera *on-line*.

O conceito de *desigualdade sociodigital* (Van DIJK, 2012) é um refinamento do conceito de *fosso digital* (DiMAGGIO, 2012). Esses e outros refinamentos contribuíram para que a terceira geração de pesquisa imprimisse um caráter mais empírico as investigações, criando novas tipologias, indicadores e protocolos de pesquisa. Essa terceira geração está em curso, e tem nos trabalhos de Helsper (2017, Van Deursen; Van Dijk (2017), Mossberger (2012) e Courtois & Verdegem (2017) os seus principais representantes.

Como destaca Helsper (2019), as pesquisas atuais, que dão corpo a essa terceira geração de pesquisas, se interessam mais pelas desigualdades de oportunidades, enfatizando as implicações e os efeitos do não acesso e das assimetrias dos usos. Como destacou Salata (2013, p. 63), “Ter acesso e saber utilizar a internet pode levar ao aproveitamento de diversas oportunidades com

efeitos significativos sobre a trajetória dos indivíduos e as suas condições de mobilidade”. Seguindo essa senda, os trabalhos de Helsper (2012) e Arretche (2019) constituem grande avanços. Coordenando trabalhos de pesquisa em grandes centros metropolitanos, como Los Angeles, Londres e São Paulo, as autoras contribuíram para definir protocolos de pesquisas, concentrados nas escalas dos bairros e regiões das cidades. Esses avanços teóricos e empíricos concorreram para estabelecer e consolidar um protocolo de investigação empírica que tem destacado três dimensões: 1) infraestrutura; 2) acesso; e 3) uso.

Essas três dimensões são consideradas fundamentais para esquadrihar, descrever e analisar as *desigualdades sociodigitais* nas cidades, regiões e países, capturando, por exemplo, o *efeito-território* (SALATA, 2013, SENNE, 2019). A primeira dimensão, a infraestrutura, leva em conta os aspectos relacionados ao tipo de tecnologia e à velocidade da internet. Como observou Mossberger (2012), para ser um cidadão digital de primeira classe é preciso, no mínimo, dispor de internet banda larga fixa. No Brasil, o padrão de aferição médio de velocidade e capacidade é a banda larga acima de 4 Mpbs. Esse padrão permite uma conexão relativamente veloz e com relativa capacidade de transmissão de dados. A segunda dimensão, o acesso, leva em conta, no caso brasileiro e de outros países, o fato de o indivíduo ter ou não acessado a internet nos três meses anteriores à realização de uma pesquisa ou levantamento. Os indivíduos que declaram ter utilizado a internet nos três meses anteriores são considerados usuários. Aqueles que declaram não terem acessado a internet nos três meses anteriores são considerados não usuários. Já a última dimensão, o uso, se refere às diver-

sas práticas utilizadas ao acessar a internet. Para capturar a multiplicidade de usos, as pesquisas recorrem a tipologias de uso, arrolando uma lista de atividades realizadas nos três últimos meses anteriores aos levantamentos, tais como:

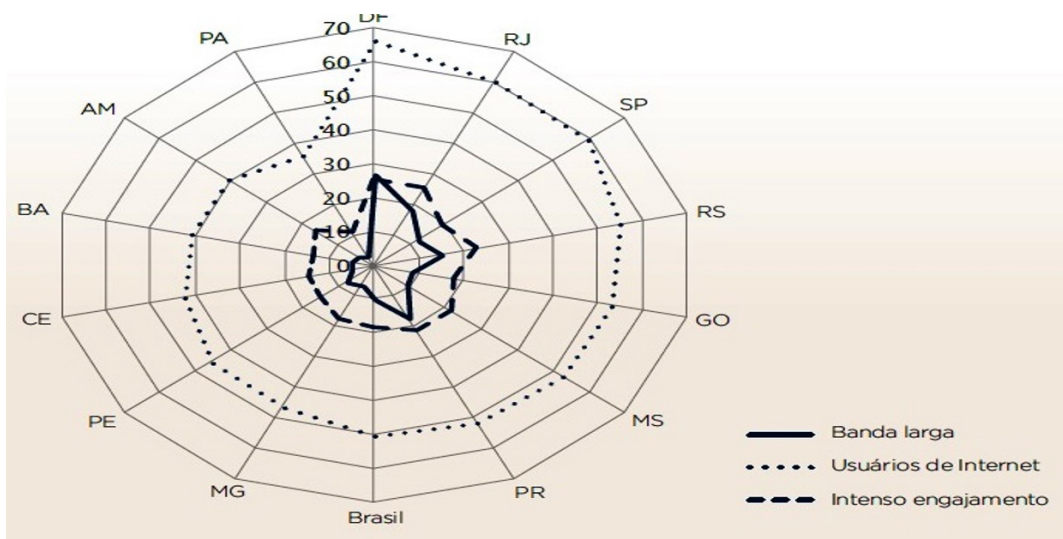
- Enviar ou receber e-mails;
- Enviar mensagens instantâneas;
- Conversar por voz ou vídeo;
- Participar de redes sociais;
- Participar de listas de discussão ou fórum;
- Usar microblog;
- Procurar informações sobre produtos e serviços;
- Fazer consultas, pagamentos e outras transações financeiras;
- Procurar informações relacionadas à saúde ou serviços de saúde;
- Procurar informações sobre viagens e acomodações;
- Procurar informações em sites de enciclopédia virtual;
- Ler jornais, revistas e notícias;
- Fazer cursos à distância;
- Realizar alguns serviços públicos (emitir documentos, preencher e enviar formulários, pagar taxas e impostos, etc.);
- Jogar on-line;
- Assistir a vídeos, programas, filmes ou séries e ouvir música.

Para aferir e mensurar os usos, a partir da lista de atividades e práticas arroladas, as pesquisas costumam criar indicadores que estabelecem como usuários enga-

gados ou usuários que mantêm um intenso engajamento aqueles indivíduos que, acima de dez anos, nos últimos três meses, utilizaram, no mínimo, metade dessas atividades. Esses protocolos, municiados com as teorias e conceitos apresentados, contribuem para compreender e explicar as desigualdades digitais regionais. Conforme demonstrou Arretche (2019), as desigualdades digitais entre as regiões brasileiras são bastante acentuadas: são aplicadas as três dimensões – infraestrutura, acesso e uso – em estados de diferentes regiões brasileiras.

O Gráfico 2 revela que, no biênio 2012-2013, ocorreu um percentual semelhante de usuários de internet entre os 13 estados selecionados, variando entre 40% e 50%, desdoando o Distrito Federal (65%), Rio de Janeiro (60%) e São Paulo (60%). Já o intenso engajamento (realização de, no mínimo, 8 das 16 atividades arroladas acima) foi bem menor, variando entre 5% e 20% dos usuários, com destaque para o Distrito Federal (25%), Rio de Janeiro (25%) e Rio Grande do Sul (22%). Por fim, a posse da banda larga fixa foi ainda menor, variando de 2% a 25%, com grande destaque para o Distrito Federal (25%), o Rio Grande do Sul (16%) e o Paraná (18%). O desenho empírico do gráfico demonstra que há uma correlação direta entre banda larga, intensidade de uso e usuários de internet. Essa correlação não é outra, senão o vínculo direto entre renda e escolaridade. Quanto maior a renda e a escolaridade, maior e melhor a tecnologia de acesso e maior e mais intenso o engajamento – realização das atividades e práticas digitais.

Gráfico 5 – Acesso à banda larga familiar, uso e engajamento, por estados selecionados: 2012-2013

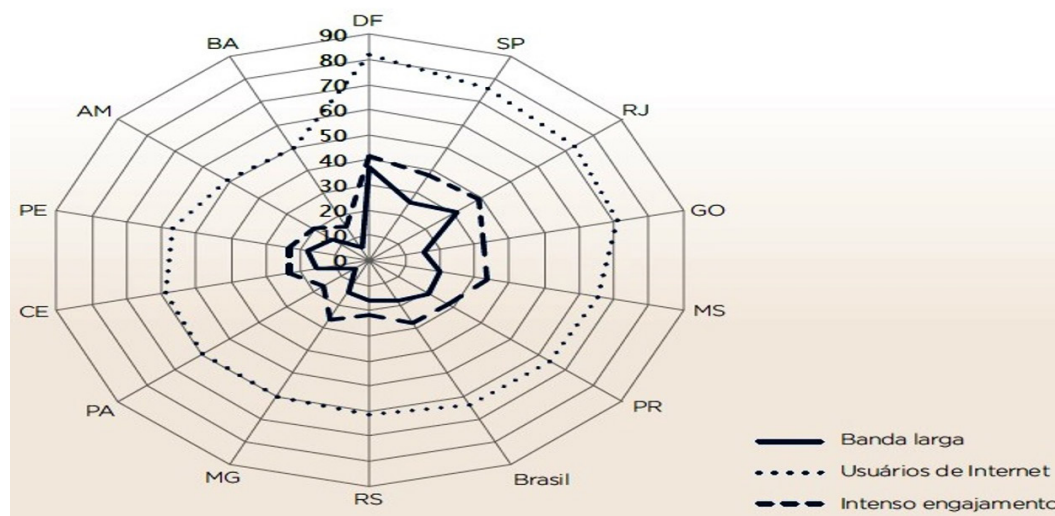


Fonte: CGI-BR, 2019

O gráfico seguinte, referente ao biênio 2016-2017, mantém o desenho do gráfico anterior, registrando, todavia, uma expansão acentuada nos percentuais de usuários, na posse da banda larga e no crescimento do intenso engajamento. No estado de Goiás, o percentual de usuários saiu de 53% para 70%, já a posse da banda larga saiu de 10% para 18%, e o percentual de engajamento intenso saltou de 20% para 33%. Em alguns estados ocorreu uma expansão significativa nas três dimensões, mantendo-se os contornos empíricos, revelando que há uma relação direta entre infraestrutura, usuários e intensida-

de do engajamento. Os domicílios que dispõem da banda larga domiciliar também são os mais engajados, ou seja, são os que mais realizam as diversas atividades e os usos dos conteúdos digitais. Significa que os domicílios que dispõem de mais renda para arcar com a banda larga domiciliar também são os que possuem as maiores habilidades e competências para usar, utilizar e consumir os diversos conteúdos e recursos digitais. O desenho empírico dos gráficos sugere que há uma espécie de teia relacional de posições. Quando se estica em um elo (infraestrutura), os outros elos (uso e engajamento), acompanham.

Gráfico 6 – Acesso à banda larga domiciliar, uso e engajamento na internet, por estados selecionados: 2016-2017



Fonte: CGI-BR, 2019

O protocolo destacado anteriormente, serviu de guia para a consecução de indicadores e, em linhas gerais, para a construção de uma metodologia utilizada por Arre-

tche (2019) para analisar as dinâmicas das desigualdades digitais interurbanas em 32 subprefeituras da cidade de São Paulo.

Tabela 2 – Variáveis inclusão/exclusão digital

Métricas por subprefeituras na cidade de São Paulo

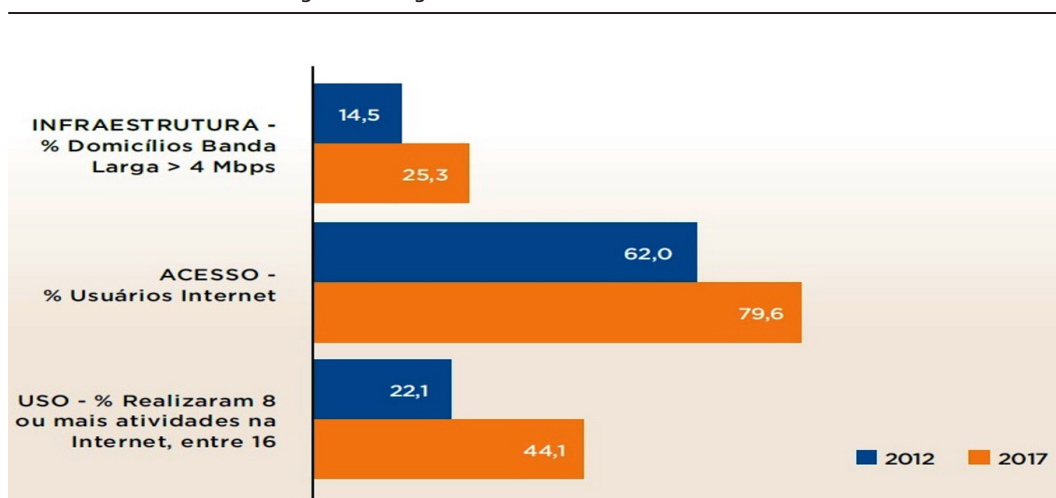
Dimensão	Indicador	Fonte	Anos
Infraestrutura	% Domicílios declararam ter Banda Larga superior 4 Mbps	TIC Domicílios –CGI-BR	2012-2013 / 2016-2017
Acesso	% Usuários de internet declararam ter usado a internet nos últimos 3 meses	TIC Domicílios –CGI-BR	2012-2013 / 2016-2017
Uso	% Indivíduos, com 18 anos ou mais, realizaram 8 ou mais atividades na internet entre 16 atividades testadas	TIC Domicílios –CGI-BR	2012-2013 / 2016-2017

Fonte: CGI-BR, 2019

Aliado a esses aspectos, Arretche (2019) mobilizou e combinou indicadores sociais próprios ao espaço urbano da cidade de São Paulo, tal como o indicador geracional de qualidade de vida e territorial. Com base nesse desenho de investigação, a autora chegou a alguns resultados bastante elucidativos. Ocorreu uma expansão significativa nas três dimensões assinaladas antes – infraestrutura, acesso e uso. Como eviden-

cia o Gráfico 4, verificou-se um crescimento no acesso, saindo de 62%, em 2012, para 79,6%, em 2017. No caso dos usos, ocorreu um crescimento de praticamente 100% dos domicílios que utilizaram a internet para realizar diversas atividades como fazer consultas, pagamentos e outras transações financeiras; procurar informações sobre viagens e acomodações; ler jornais, revistas e notícias; realizar cursos à distância, etc.

Gráfico 7 – Dimensões da desigualdade digital



Fonte: CGI-BR, 2019

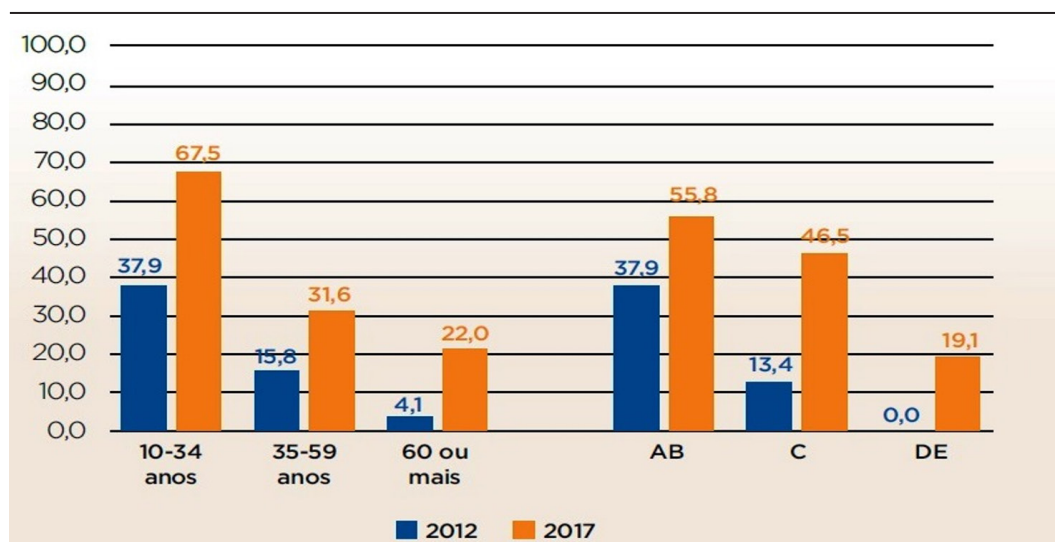
Desagregando os resultados acerca dos usos, constatou-se que, como a literatura assinala, há uma concentração dos usos a partir de duas variáveis determinantes: 1) faixa-etária e 2) renda. Como revela o Gráfico 9, em 2012, 37,9% dos indivíduos residentes no perímetro urbano da cidade de São Paulo, entre 10 e 34 anos de idade, realizaram mais de uma das 16 atividades tipificadas mencionadas. Cinco anos depois, esse percentual subiu para 65,7%: um crescimento bastante de 74,5%. Já entre os indivíduos entre 35 e 59 anos de idade, o crescimento foi de exatos 100%, alcançando

31,6% dos indivíduos localizados nessa segunda faixa-etária. Entre os indivíduos com 60 anos ou mais, registrou-se o maior crescimento, saindo de apenas 4%, em 2012, para 22%, em 2017. Embora se trate de um crescimento muito contundente, menos de 1/4 dos indivíduos situados nessa faixa-etária realizaram ao menos 8 dessas 16 atividades tipificadas. Significa que a grande maioria dos indivíduos pertencentes a essa faixa-etária não dispõem das habilidades e competências para utilizar e manusear a internet, tal como emitir e pagar um determinado documento.

Para as faixas-etárias mais jovens, especialmente aquelas que nasceram após 1995, as habilidades e competências para utilizar e manusear a internet já foram construídas e incorporadas (BOURDIEU, 2001) na primeira e segunda infância, principalmente em contato com os dispositi-

vos digitais móveis, os smartphones. Essa faixa-etária, mais especialmente ainda os indivíduos que têm entre 15 e 25 anos de idade, correspondem aos *nativos digitais*. São aqueles que, nos termos de Palfrey e Gasser (2011), já nasceram e foram socializados na era digital.

Gráfico 8 – Indivíduos de 18 anos ou mais, que realizaram 8 ou mais atividades na internet, entre as 16 testadas – São Paulo



Fonte: CGI-BR, 2019

A segunda variável determinante, evidenciada no Gráfico 9, concerne à renda. Nas classes de renda A e B, cujo intervalo vai de R\$ 8.641,00 a R\$ 11.262,00, 55,8% dos indivíduos realizaram ao menos 8 das 16 atividades tipificadas antes. Já na classe de renda C, cujo o intervalo vai de R\$ 2.005,00 a 8.640,00, 46,5% dos indivíduos, em 2017, realizaram ao menos 8 das 16 atividades arroladas antes. Nessa última classe de renda, ocorreu um crescimento de mais de 200%. Já na terceira classe de renda, que corresponde aos estratos D e E, cujo intervalo vai de 0,0 a 2.004,00, ocorreu o maior

crescimento, saindo de 0,0%, em 2012, para 19,1%, em 2017.

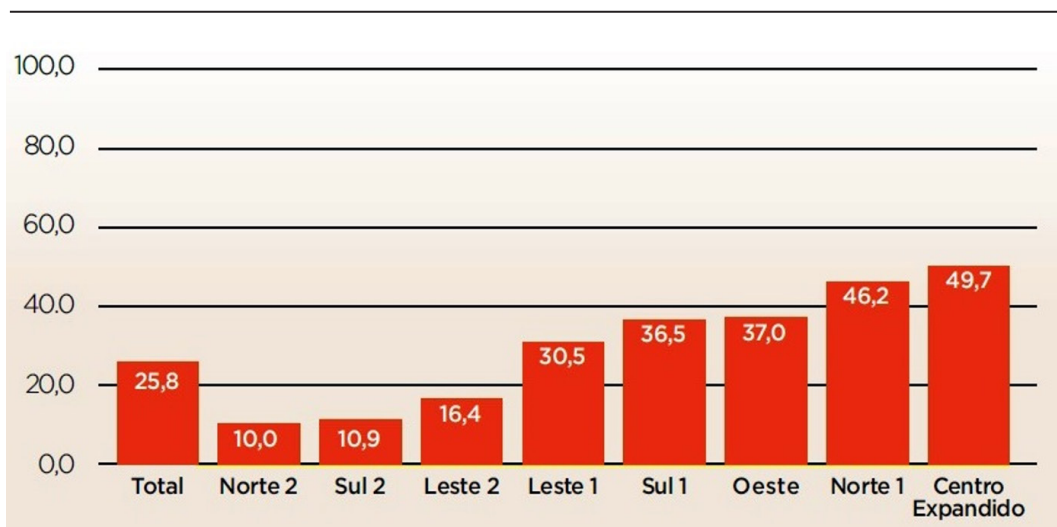
Na variável renda, confirma-se, em grande medida, as premissas teóricas e as descobertas empíricas presentes na fortuna crítica da literatura especializada. Mesmo nos estratos com as menores rendas há o uso e a mobilização de habilidades e competência para utilizar a internet. Nesse caso, essas habilidades e competências foram construídas muito recentemente. Como a pesquisa somente classificou e computou o usuário ativo, aquele que, no mínimo, realizou 8 das 16 atividades tipificadas, é pos-

sível que muitos indivíduos disponham apenas de habilidades suficientes para realizar duas ou três das atividades tipificadas. Lembrando que o Gráfico 5 traduz os resultados de uma amostra realizada apenas com indivíduos com 18 anos ou mais. Por outro lado, mesmo tendo em vista esses aspectos, como os estratos D e E correspondem a um grande contingente de indivíduos que residem na cidade de São Paulo – aproximadamente 28,5% da população da maior cidade da América Latina –, o percentual de 19,1% de indivíduos que realizaram, no mínimo, uma das 8 das 16 atividades tipificadas, é bastante baixo.

De acordo com a pesquisa conduzida por Arretche (2019), as 32 subprefeituras da cidade de São Paulo foram condensadas em 8 regiões – Norte 1, Norte 2, Sul 1, Sul 2, Leste 1, Leste 2, Oeste e Centro Expandido. Em média, em 2017, 79,7% dos indivíduos residentes nessas oito regiões acessa-

ram a internet, revelando certa homogeneidade, destoando a região Sul 1, Centro Expandido e Norte 1, cujo percentual de indivíduos que acessaram a internet é bem maior, chegando a 87,4%, 88,9% e 93,2%, respectivamente. Quando a dimensão analisada é a infraestrutura, especialmente a disponibilidade de banda larga domiciliar, o quadro empírico é bastante distinto. Em 2017, em média, 25,8% dos domicílios dispunham de banda larga fixa com velocidade superior a 4MPBS. No entanto, a distribuição dessa infraestrutura tecnológica é muito assimétrica entre as oito regiões da cidade. As regiões mais pobres e mais periféricas da cidade, como a Norte 2, a Sul 2 e a Leste 2, dispõem de percentuais muito baixos de domicílios que possuem banda larga fixa superior a 4MPBS. São, pois, regiões onde residem, majoritariamente, cidadãos e cidadãs de segunda e terceira classe na estratificação digital paulistana (MOSSBERGER, 2012).

Gráfico 9 – Proporção de domicílios com banda larga superior a 4MPBS, por região da cidade de São Paulo: 2016-2017

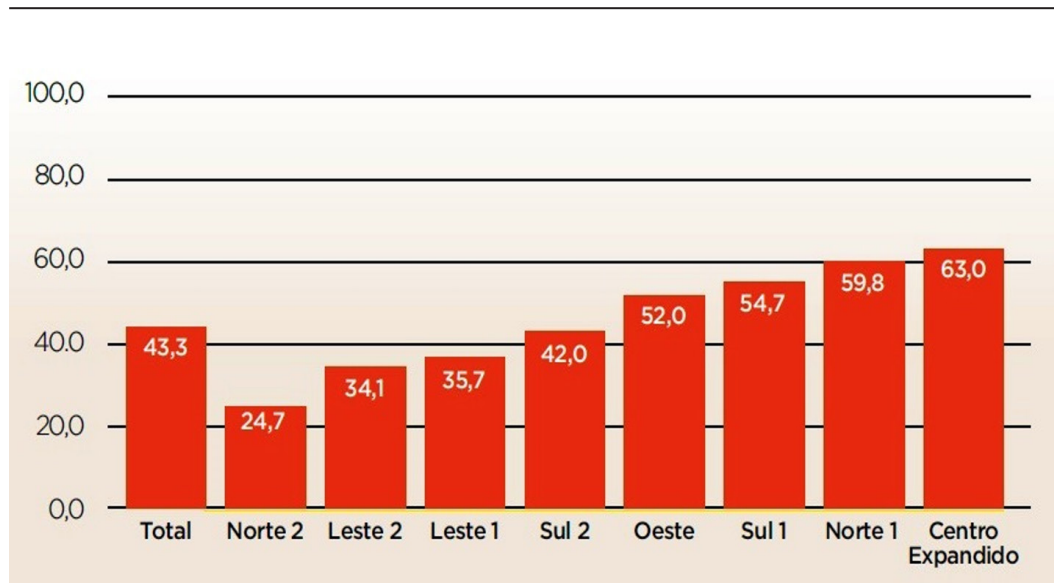


Fonte: CGI-BR, 2019

O indicador de uso é ainda mais elucidativo. Na média, em 2017, 43,3% dos indivíduos residentes no município de São Paulo realizaram ao menos 8 das 16 atividades tipificadas. As regiões centrais, dotadas de mais renda e escolaridade, e melhores infraestruturas ur-

banas, concentram a multiplicidade dos usos, revelando uma grande assimetria na composição dos usos e das práticas digitais. A região Norte 2 possui pouco mais de 1/3 do percentual de indivíduos que usaram e utilizaram a internet na região do Centro Expandido.

Gráfico 10 – Proporção de indivíduos que realizaram pelo menos 8 das 16 atividades na internet, por região da cidade de São Paulo: out./dez. 2017



Fonte: CGI-BR, 2019

A pesquisa conduzida por Arretche (2019) revelou que há uma reciprocidade entre a desigualdade off-line e a desigualdade on-line. Cotejando as 8 regiões, concluiu-se, com a sutil exceção de alguma variável, que os domicílios situados nas regiões mais pobres, mais periféricas e menos equipados de infraestrutura urbana são também aqueles que acessam menos a internet, que dispõem de menor infraestrutura de banda larga fixa, que possuem uma menor velocidade e que, por conseguinte, fazem menos uso das funcionalidades e dos múltiplos conteúdos digitais. O caso do município de São Paulo revela a fecundidade analítica de categorias como fosso digital (DiMAGGIO, 2001) e desi-

gualdade sociodigital (Van DIJK, 2017), demonstrando que, especialmente em países como o Brasil, tem ocorrido, nos últimos dez anos, uma inclusão digital parcial, assimétrica e subordinada.

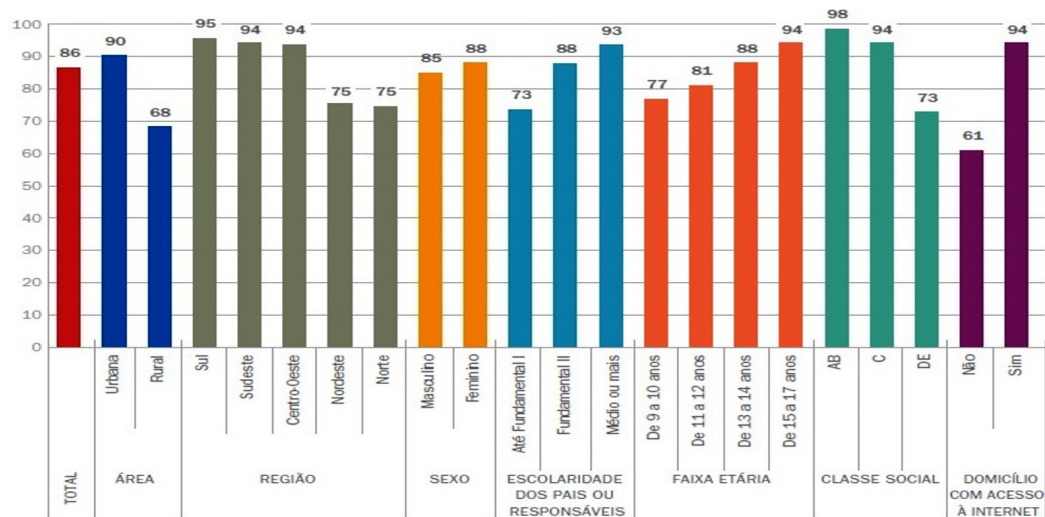
2. Conectividade e socialização digital

O Brasil apresenta um dos maiores fluxos e percentual de conectividade do mundo entre as crianças e adolescentes. Em 2018, de acordo com o CGI-BR, 86% das crianças e adolescentes brasileiros, entre 9 e 17 anos de idade, acessaram regularmente a internet. Significa que um total de 24,3 milhões de indivíduos estiveram co-

nectados. Entre os estratos com maior renda (A e B), o percentual de conectados chegou a 98%; e entre os estratos que dispõem de menor renda (D e E), a conectividade alcançou 73%. Entre as crianças e adolescentes que residem nas regiões Su-

deste, Sul e Centro-Oeste, os percentuais de conectados foram maiores, respectivamente, 94%, 95% e 94%, ao passo que entre as crianças e adolescentes que residem na região Norte e Nordeste os percentuais se reduzem para 75%.

Gráfico 11 – Crianças e adolescentes (de 9 a 17 anos) que acessaram a internet: out./dez. 2018



Fonte: CGI-BR, 2019

Entre as crianças e adolescentes de 9 a 17 anos usuários internet, o uso do smartphone é ainda mais pronunciado. Conforme o CGI-BR, em 2018, aproximadamente 22,7 milhões de crianças e adolescentes utilizaram a internet pelo smartphone. O uso da internet através do computador e/ou da televisão é bem menos frequente nos estratos que possuem menor renda. Em 2018, do total de crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos, 53% fizeram uso exclusivamente através do smartphone, com destaque para as crianças e adolescentes pertencentes às famílias com menor renda e residentes na região Nordeste. Entre as crianças e ado-

lescentes que pertencem a famílias que dispõem de menor renda (estratos D e E), o uso exclusivo do smartphone chega a 71%.

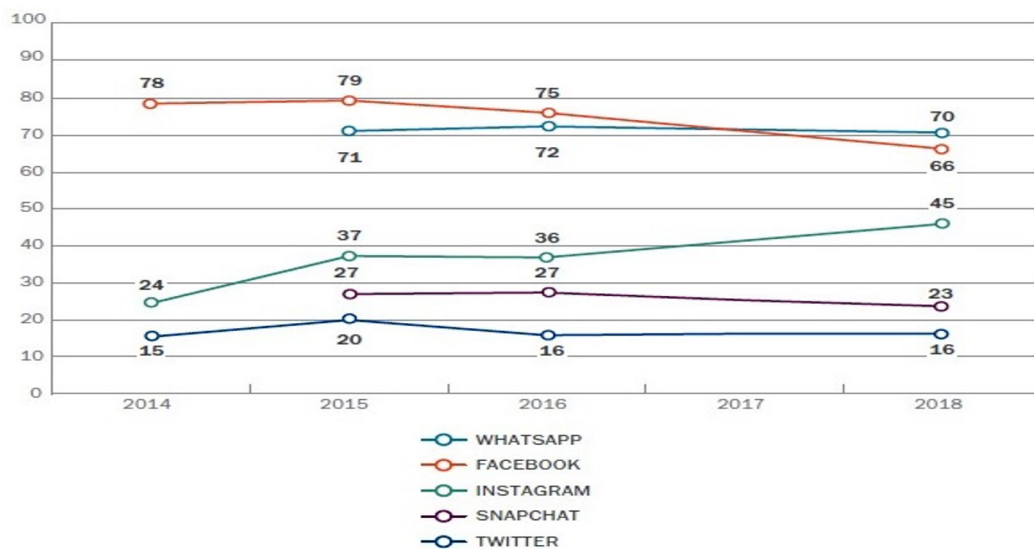
Os dados mobilizados autorizam cunhar duas assertivas. Primeiro, há um acesso disseminado, acompanhado do respectivo uso, da internet no Brasil entre as crianças e adolescentes de 9 a 17 anos. Segundo, como as crianças e adolescentes oriundos de famílias com menor renda dispõem apenas do smartphone para acessar, utilizar e consumir os conteúdos digitais, as práticas de estudos e atividades escolares são dificultadas, uma vez que o tamanho reduzido da tela do smartphone compromete a leitura e a reali-

zação de determinadas funcionalidades, como preparar e enviar trabalhos. Esse aspecto, como assinalou DiMaggio (2012), concorre para aumentar as chances de reprodução de um ciclo de desvantagens no acesso e utilização dos recursos digitais, já que esses recursos se tornaram valiosos para se alcançar novas oportunidades profissionais.

As práticas e os usos revelam algumas nuances entre as crianças e adolescentes do sexo feminino e masculino. Entre as crianças e adolescentes do sexo masculino, 71% consumiram e praticaram jogos on-line, especialmente os jogos em rede, onde centenas de jogadores (as) jogam conectados simultaneamente. Entre as crianças e adolescentes do sexo feminino se destaca a pes-

quisa para a realização de trabalhos escolares, 79%, assim como a busca de informações sobre saúde. Outro destaque para o sexo feminino cabe à procura por oportunidades de emprego e cursos, 33%, mesmo em uma faixa-etária tão baixa, sobretudo para o caso da procura por emprego. Dos 24,3 milhões das crianças e adolescentes de 9 a 17 anos usuários de internet no Brasil, nada menos do que 20 milhões possuíam perfis nas redes sociais digitais, o que representou 82% de todo o contingente. A série histórica entre 2014 e 2018 revela que, entre essa faixa-etária, o Facebook foi superado pelo Whatsapp (66% contra 70%), com destaque também para o Instagram (45% dos usuários).

Gráfico 12 - Crianças e adolescentes (de 9 a 17 anos), por rede social: 2014-2018



Fonte: CGI-BR, 2019

As práticas realizadas no ambiente on-line por parte das crianças e adolescentes, assim o uso das redes sociais digitais, especialmente por meio dos smartphones, revelam que é bastante intenso o *engajamento digital* entre crianças e adolescentes no Brasil. *Engajamento digital* significa a propriedade de, com relativa frequência e intensidade, estabelecer múltiplas conectividades, promovendo e construindo conexões transversais e horizontais entre grupos e/ou comunidades virtuais (JENKINS, 2014). Essas conexões, especialmente entre os 9 e os 17 anos de idade, forjam mecanismos de pertencimento e de permanente *individualização* (ELIAS, 1993. Para os *nativos digitais* (PALFREY; GASSER, 2011), a vida on-line não é um desdobramento da vida off-line, nem tampouco uma continuidade desta. A rigor, não há uma nítida diferença ou uma fronteira demarcatória entre ambas. Predomina, entre os *nativos digitais*, aquilo que Castells (2004) nomeou, muito apropriadamente, de *cultura da virtualidade real*.

Os *nativos digitais* brasileiros, notadamente aqueles de 9 a 17 anos, têm incorporado cotidianamente um conjunto de disposições, habilidades e competências desigualmente distribuídas, mas muito menos assimétricas do que as desigualdades digitais verificadas entre os adultos dos maiores e dos menores estratos de renda. Embora existam evidentes e, em muitos casos, comprometedoras desigualdades digitais entre as crianças e os adolescentes brasileiros, o fato de terem sido socializadas, ainda na tenra infância, incorporando habilidades ligadas ao uso, ao manuseio e ao consumo sistemático dos conteúdos digitais, especialmente por meio dos smartphones, permitiu às crianças e aos adolescentes dos estratos mais pobres mitigar parte das desigualdades histórico-estruturais de partida. Dito de

outro modo: a incorporação de competências e habilidade digitais entre as crianças e adolescentes dos estratos mais pobres, seja no ambiente doméstico ou na escola, mesmo com as limitações de tecnologia e de suporte, lhes permite mitigar parte das assimetrias experimentadas no mundo off-line. Logo, nessa faixa-etária, tais habilidades e competências podem, mais tarde, já na fase adulta da vida, especialmente após ensino superior, se traduzir em vantagens, estratégias e ganhos profissionais, econômicos, educacionais, políticos e culturais. Em uma palavra: a inclusão digital das crianças e adolescentes brasileiras é menos desigual e subordinada do que aquela verificada entre os adultos.

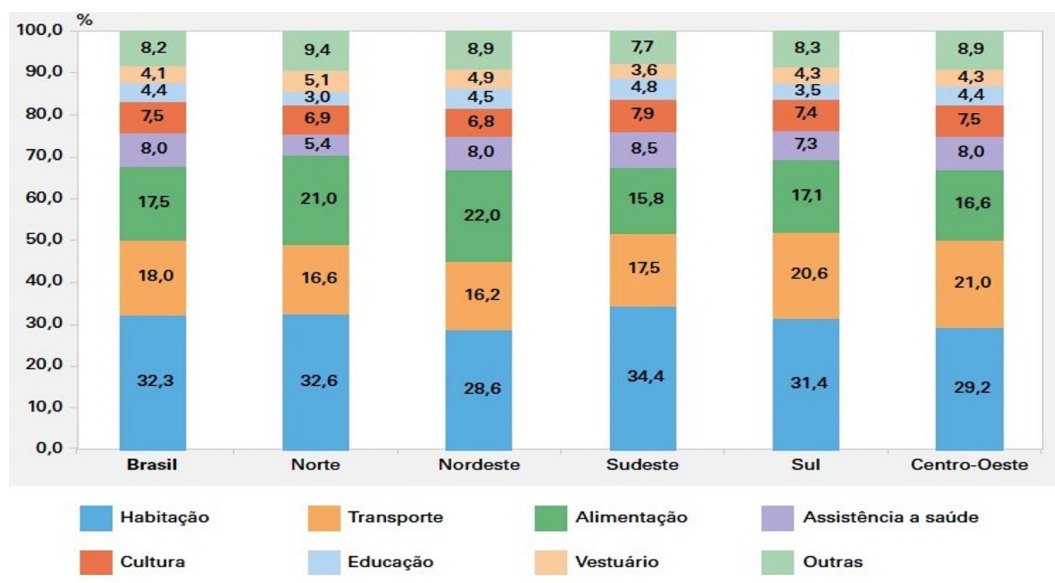
Por outro lado, cumpre alertar, que as crianças e os adolescentes pertencentes aos estratos de maior renda, que dispõem, no ambiente doméstico, dos recursos econômicos e tecnológicos que lhes permitem consumir e fruir os conteúdos de arte, cultura e entretenimento por meio, por exemplo, das assinaturas de *streaming*, têm o seu fluxo de fantasia, imaginação e criatividade intelectual, cognitiva e artístico-cultural potencializados. Isso não significa que as crianças e adolescentes que não dispõem de tais recursos, pertencentes aos estratos mais pobres, não tenham dinamizado o seu fluxo de fantasia, imaginação e criatividade intelectual, cognitiva e artístico-cultural. Significa que essas crianças e adolescentes terão que realizar um esforço muito maior para construir tais disposições, e, mais tarde, utilizá-las no domínio laboral-profissional.

Os dados e as análises acerca do acesso e do uso da internet por parte das crianças e dos adolescentes podem ser complementados através da composição dos gastos familiares com cultura e internet no Brasil. Um e outro evidenciam que o processo de

digitalização da vida penetrou com bastante intensidade a dimensão doméstico-familiar no Brasil. Em 2018, em média, as famílias brasileiras gastaram R\$ 282,86 com cultura, o que correspondeu a 7,5% de to-

dos os gastos das famílias brasileiras. A cultura ficou atrás apenas dos gastos com habitação (32,3%), transporte (com 18%), alimentação (17,5%) e assistência à saúde (8% dos gastos).

Gráfico 13 – Distribuição regional (em %) dos gastos com cultura segundo as rubricas IPCULT

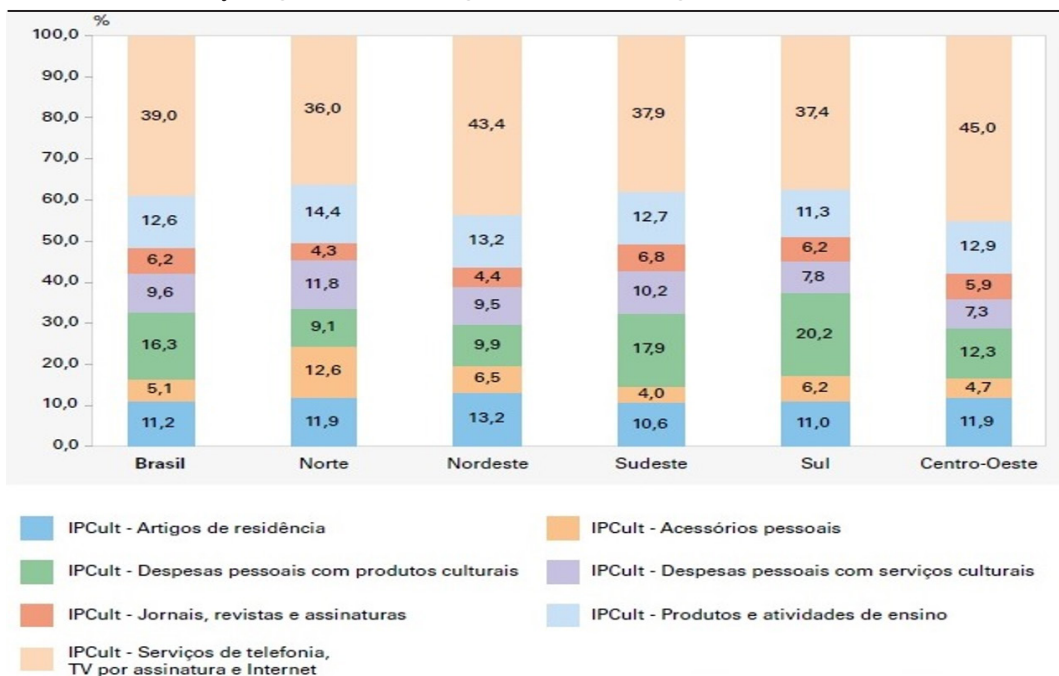


IBGE, 2019

Os gastos domiciliares das famílias brasileiras com internet estão inseridos na rubrica geral da cultura. A internet é uma componente dos gastos orçamentares das famílias brasileiras, inserida no escopo geral da cultura. Para melhor demonstrar o impacto da internet no orçamento das famílias brasileiras, o IBGE criou, estratificou e calculou o Índice de Preços da Cultura – IPCULT. O índice foi dividido em sete grupos: 1) IPCULT artigos de residência; 2) IPCULT despesas pessoais com produtos culturais; 3) IPCULT jornais, revistas e assinaturas; 4) IPCULT serviços de telefonia, TV por assinatura e internet; 5) IPCULT assessorios culturais; 6) IPCULT despesas pessoais com serviços culturais; 7) IP-

CULT produtos e atividades de ensino. Desses sete grupos, 39% da composição do IPCULT no Brasil corresponde aos serviços de telefonia, TV por assinatura, internet e serviços de *streaming*. Significa que, na composição dos gastos das famílias brasileiras com cultura, 39% dos recursos são gastos com serviços de telefonia, TV por assinatura, internet e assinaturas de serviços de *streaming*, o que representa, na média, R\$ 162,39. Deste total, R\$ 106,54 é destinado especificamente para telefonia, acesso à internet e serviços de *streaming*. Ou seja, dos R\$ 282,86 destinados à cultura mensalmente pelas famílias brasileiras, R\$ 106,54 são gastos com telefonia, acesso à internet e serviços de *streaming*.

Gráfico 14 – Distribuição regional (em %) dos gastos com cultura segundo as rubricas IPCULT



IBGE, 2019.

Esse grupo de gastos específicos com internet é desigualmente distribuído entre as famílias das cinco regiões brasileiras. Se no Brasil, a média geral dos gastos familiares com internet e telefonia (móvel e fixa) foi de R\$ 169,32; na região Nordeste as famí-

lias gastaram apenas R\$ 107,32, quase metade da média nacional. Já os gastos das famílias que residem na região Sudeste, Sul e Centro-Oeste foi de R\$ 206,13, R\$ 178,24 e R\$ 199,16, respectivamente.

Tabela 3 – Distribuição dos gastos com internet no Brasil, por regiões e estados – 2018

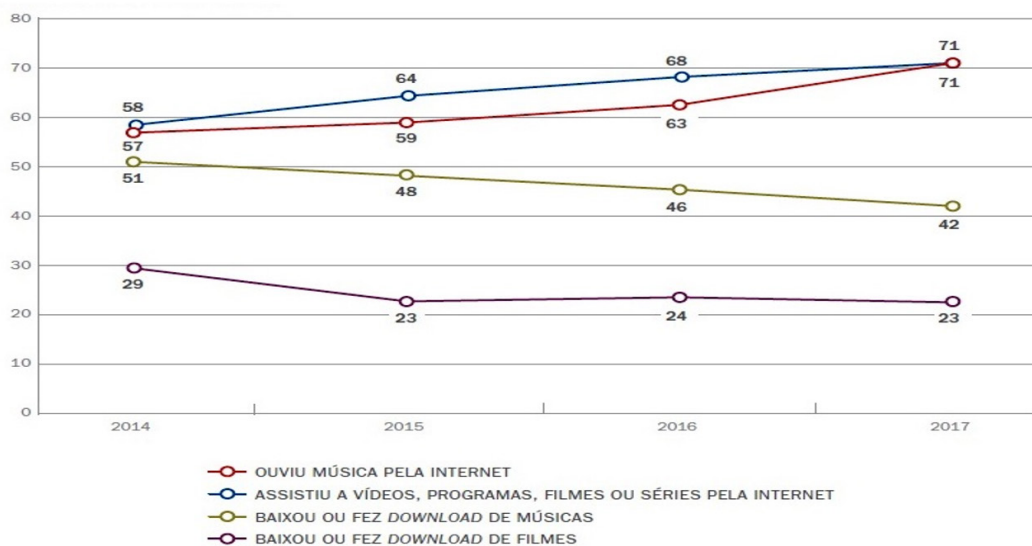
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Serviços de telefonia, TV por assinatura e internet (em R\$)
Brasil	169,32
Norte	118,34
Rondônia	121,79
Acre	135,21
Amazonas	146,25
Roraima	95,62
Pará	106,61
Amapá	164,37
Tocantins	91,03
Nordeste	107,32
Maranhão	96,72
Piauí	77,55
Ceará	95,46
Rio Grande do Norte	138,92
Paraíba	113,09
Pernambuco	112,50
Alagoas	75,73
Sergipe	137,04
Bahia	115,05
Sudeste	206,13
Minas Gerais	165,33
Espírito Santo	178,09
Rio de Janeiro	209,91
São Paulo	225,84
Sul	178,24
Paraná	161,12
Santa Catarina	166,52
Rio Grande do Sul	201,70
Centro-oeste	199,16
Mato Grosso do Sul	174,65
Mato Grosso	165,04
Goiás	163,85
Distrito Federal	346,13

Fonte: IBGE, 2019

Os indicadores e os dados evidenciam que tem ocorrido uma paulatina migração do consumo dos conteúdos de arte, cultura e entretenimento para o ambiente digital no Brasil: fenômeno que impactou a composição dos gastos das famílias brasileiras com cultura e internet (ALVES, 2017). Essa migração teve na profusão dos smartphones um dos principais impulsos, aliado à disponibilização da tecnologia de *streaming*. Como corolário, o consumo de filmes, séries, programas, vídeos e músicas por parte das famílias brasileiras, não somente cresceu como também foi potencializado

pela velocidade de dados que a tecnologia do *streaming* permite, em comparação à prática de baixar os conteúdos via download. De acordo com o CGI-BR, em 2014, 58% do total de usuários de smartphones no Brasil (126,7 milhões de brasileiros com mais de 10 anos de idade) utilizaram o smartphone para consumir séries, filmes, programas, vídeos e músicas. Em 2017, esse percentual subiu para 71%, um crescimento bastante acentuado em apenas três anos. A Tabela 3 revela uma severa assimetria dos gastos das famílias com cultura e internet entre as diferentes regiões e os estados brasileiros.

Gráfico 15 – Atividades culturais realizadas através dos smartphones – Brasil



Fonte: CGI-BR, 2018

Do total de indivíduos que acessaram e utilizaram regularmente a internet no Brasil, em 2018 (148 milhões de indivíduos), 57% o fizeram única e exclusivamente por meio dos smartphones – o que representou 83,8 milhões de pessoas. Desses, 28% pagaram mensalmente para consumir fil-

mes ou séries, ofertadas por empresas como Netflix, Prime Vídeo e Globoplay. Significa que 23,3 milhões de brasileiros pagaram para consumir séries e filmes. Considerando que a empresa Netflix é a líder absoluta no mercado brasileiro de serviços de *streaming*, estima-se que 80% desse contingen-

te assina e paga, regularmente (18,4 milhões de consumidores), os serviços de assinatura da empresa, tornando o Brasil o segundo maior contingente de assinantes da Netflix, superado apenas pelos Estados Unidos. Em 2019, a empresa se tornou a companhia de mídia mais valiosa do mundo, com valor de mercado de US\$ 152,3 bilhões, superando a Disney, que estava avaliada em US\$ 151,7 bilhões. Ainda no Brasil, do total geral de usuários de smartphone, 8% pagaram mensalmente por serviços de *streaming* de músicas, como Spotify e Deezer, o que representou 10,2 milhões de indivíduos, tornando o Brasil o quarto maior contingente de assinantes de serviços de *streaming* de música no mundo.

Considerações finais

A maioria da sociedade brasileira, 155,4 milhões de habitantes (74% do total), acessa diariamente a internet, e se relaciona diretamente, de maneira prática e operacional, com os conteúdos e funcionalidades digitais. Esses usos, todavia, são muito assimétricos, concentrados e subordinados. Esse aspecto, no entanto, não invalida ou mitiga o fato de que a sociedade brasileira se digitalizou, e o fez de maneira desigual, subordinada e concentrada, justapondo a *desigualdade off-line à desigualdade on-line*. De modo homólogo ocorreu com o processo de industrialização – desigual, concentrado e dependente. Esse aspecto não mitiga ou invalida o fato de que, sobejamente, se constata que o Brasil é uma sociedade urbano-industrial, assim como passou a ser, muito recentemente, uma sociedade digitalizada.

Referências

- ALVES, M. P. E. Mercados culturais no Brasil: o BNDES e o financiamento das empresas culturais brasileiras. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 53, p. 24-35, 2017.
- ARRETCHE, M. *Desigualdades digitais no Brasil*. CGI-NIC-BR: São Paulo, 2019.
- BOURDIEU, P. *As estruturas sociais da economia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- CGI-NIC-BR. *Pesquisa sobre o uso de internet por crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo, 2019.
- _____. *Pesquisa sobre acesso à internet nos domicílios brasileiros*. São Paulo, 2019.
- CASTELLS, M. *A era da informação: a sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- _____. *A galáxia da internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- DiMAGGIO, P. et al. Social implications of the internet. *Annual Review of Sociology*, v. 27, n. 1, p. 307-336, 2001.
- _____. GARIP, F. Network effects and social inequality. *Annual Review of Sociology*, v. 38, n. 1, p. 93-118, 2012.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*, v. I e II. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- HELSPER, E. J. A corresponding fields model for the links between social and digital exclusion. *Communication Theory*, v. 22, n. 4, p. 403-426, 2012.
- _____; KIRSCH, R. M. *Technical annex for the exclusion in a digital UK heatmap metrics*, 2015. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/media-and-communications/assets/documents/research/projects/disto/Technical-annex-Go-On-Digital-Exclusion.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2021.
- _____; Van DEURSEN, A. J. A. M. Collateral benefits of Internet use: explaining the diverse outcomes of engaging with the Internet. *New Media & Society*, v. 20, n. 7, p. 2333-2351, 2017.

IBGE. Sistema de informações e indicadores culturais. Brasília, 2019.

JENKINS, H. *Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável*. São Paulo: Aleph, 2014.

LUPTON, D. *Digital Sociology*. London: Routledge, 2015.

MARCUSE, H. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1969.

MOSSBERGER, K. et al. Unraveling different barriers to internet use: Urban residents and neighborhood effects. *Urban Affairs Review*, v. 48, n. 6, p. 771-810, 2012.

MURY, L.; RIBEIRO, M. Tecnologias que afetam: os usos cotidianos dos artefatos eletrônicos em uma perspectiva etnográfica. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 42, p. 66-91, 2017.

PALFREY, L; GASSER, U. *Nativos digitais: nascidos na era digital*. São Paulo: Artmed, 2011.

SALATA, A. et al. Desigualdades digitais: acesso e uso da internet, posição socioeconômica e segmentação espacial nas metrópoles brasileiras. *Análise Social*, n. 207, p. 288-320, 2013.

SENNE, F. Inclusão segregada: novas configurações das desigualdades digitais e panorama da literatura. In: ENCONTRO ANUAL da ANPOCS, 43, 2018, São Paulo, *Anais...* São Paulo: USP, 2019.

SMALL; Van DERSEN 2016

Van DIJK, J. A. G. M. et al. *The deepening divide: Inequality in the information Society*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2005.

_____. One Europe, digitally divided. In: CHADWICK, A; HOWARD, P. N. (Eds.), *Routledge Handbook of Internet Politics*. New York, NY: Routledge, 2009, p. 288-304.

_____. The compoundness and sequentiality of digital inequality. *International Journal of Communication*, n. 11, p. 452-473, 2017.

RESUMO

Este artigo trata das contribuições teóricas e metodológicas das ciências sociais para abordar o fenômeno da expansão e uso da internet no Brasil, e a formação dos níveis de desigualdade digitais. Para tanto, concentra-se na construção e uso dos principais conceitos, e na emergência e consolidação de um protocolo de pesquisa acerca das desigualdades digitais. O artigo demonstra que a sociedade brasileira se digitalizou, porém o fez, assim como no caso da industrialização, mantendo e, em grande medida até acentuando, as desigualdades off-line.

PALAVRAS-CHAVE

Desigualdades digitais. Digitalização. Mercado

ABSTRACT

This article deals with the theoretical and methodological contributions of the social sciences to address the phenomenon of the expansion and use of the internet in Brazil and the formation of levels of digital inequality. To this end, it focuses on the construction and use of the main concepts and on the emergence and consolidation of a research protocol on digital inequalities. The article demonstrates that Brazilian society has digitalized, but it has done so, as in the case of industrialization, maintaining, and to a large extent even accentuating, offline inequalities.

KEYWORDS

Digital inequalities. Digitization. Market

Recebido em: 17/08/2020

Aprovado em: 01/03/2021

